

Os editoriais do jornal *Público* e a crise iraquiana de 2003: Espaço público, retórica e estratégias de legitimação de uma guerra anunciada

Susana Borges

Doutoranda, FCSH-UNL

Resumo

O editorial é o espaço de maior comprometimento cívico e político do jornal, ao expressar a sua posição sobre a actualidade noticiosa que comenta e a que dá significado. Através do discurso editorial, o jornal veicula normas e valores e orienta o debate público na formação da opinião.

Este artigo caracteriza o discurso editorial do jornal *Público* sobre a crise iraquiana de 2003, à luz da argumentação com que enquadra a iminência da guerra, problematizando o seu significado na gestão da comunicação no espaço público e, concretamente, dos processos de dissensão de opinião.

Palavras-Chave

Editorial; Enquadramento; Opinião; Argumentação; Legitimação.

Introdução

Convencer pela força das razões invocadas é a essência da comunicação argumentativa, que encontra nas páginas do jornal espaços e géneros onde a retórica desempenha um papel determinante: os opinativos.

Se “não se delibera quando a solução é necessária e não se argumenta contra a evidência” (Perelman e Olbrechts-Tyteca, 2002: 1), é no exercício do contraditório, no debate de opiniões, na expressão das subjectividades em busca da intercompreensão, que a retórica assume a sua dimensão eminentemente comunicacional. Argumentar é reconhecer a existência de um interlocutor, do “outro”, ao qual se reconhece dignidade e sobre o qual se pretende agir, através do discurso e da troca racional de argumentos, pressupondo-se “o estabelecimento de uma comunidade de espíritos que, enquanto dura, exclui o uso da violência” (idem: 61). Ao servirem de palco para o debate de ideias, ou seja, como veículo de opiniões, os media, em geral, e o jornal que aqui abordamos, são a espinha dorsal do “espaço público mediatizado” (Wolton, 1995: 167), funcional e normativamente indissociável do seu funcionamento.

Sendo o debate de opiniões operado nas páginas do jornal um dos mecanismos de formação de uma opinião pública que se pretende habilitada a optar entre as alternativas que se lhe apresentam para o rumo a dar à vida em comum, a opinião veiculada no editorial reveste-se, nesse processo, de uma autoridade única, distinguindo-se dos demais géneros jornalísticos opinativos. Esta decorre de o editorial expressar a posição do jornal perante os acontecimentos² da actualidade, corporizando uma linha editorial e representando uma instituição. Por isso, é designado como “a consciência do jornal” (Armañanzas e Noci, 1996: 80).

Partindo da actualidade noticiosa, o editorial hierarquiza e contextualiza acontecimentos parcelares, articulando-os num todo coerente, indaga acerca das suas causas e consequências, interpreta-os e ajuíza sobre eles, bem como acerca dos actores sociais nele envolvidos. Através do editorial, o jornal assume-se, pois, como actor político, legitimando estratégias de grupos sociais específicos e gerindo equilíbrios de poder entre diversas facções. Nesta perspectiva, o discurso editorial é um discurso de uma elite de poder, a imprensa, dirigido a outra elite de poder, normalmente os políticos (van Dijk, 1989: 244), para além do universo dos leitores comuns. Caracteriza-se, ainda, pela sua argumentação visar a deliberação, orientando a formação da opinião, e por ter uma natureza ideológica e normativa, quer por expressar a ideologia comum ou amplamente partilhada pelo colectivo editorial, quer por definir as normas e os valores aceitáveis através dos quais os eventos noticiosos podem ser avaliados (idem).

Neste artigo, caracterizamos o enquadramento (*framing*) do espaço editorial do jornal *Público* da crise iraquiana de 2003, com base na análise retórico-pragmática dos textos publicados de 1 a 20 de Março, que identificou os principais argumentos invocados perante a audiência (leitores, elites políticas) na orientação da discussão pública perante a iminência da guerra, problematizando o seu significado na gestão das dissensões de opinião no espaço público. Discutimos, em conclusão, o significado, do ponto de vista da comunicação pública, do

funcionamento concreto deste espaço editorial, à luz do ideal normativo e ético que vincula a existência de uma opinião pública habilitada a decidir o rumo da vida em comum à racionalidade argumentativa, nomeadamente tal como esta se expressa no debate de opiniões que ocorre através da imprensa.

O espaço público mediatizado

Desde o séc. XVIII que o princípio da publicidade está normativamente ligado aos regimes liberais, sendo o assentimento da opinião pública, em conformidade, que legitima o exercício do poder. Do restrito núcleo de “pessoas privadas reunidas na qualidade de público” (Habermas, 2002: 65) que na esfera pública burguesa conquistou (contra o Estado) o direito ao uso público da palavra, ao debate e à crítica das decisões políticas, ao espaço público contemporâneo no qual uma multiplicidade de públicos compete pelo seu acesso, foi ao campo dos media, em termos gerais, e à imprensa, que aqui privilegiamos, que coube um lugar de destaque na gestão da palavra pública.

Mediando os diversos actores e campos sociais que buscam, através da comunicação pública, a defesa e a imposição das suas ordens axiológicas, é na dupla função de representação e de formação da opinião pública que assenta a legitimidade de actuação da imprensa. Do ponto de vista normativo e ético, a opinião pública resultará “de uma controvérsia mais ou menos exaustiva na qual as propostas, as informações e as razões possam elaborar-se de forma mais ou menos racional” (Habermas, 1998: 443), apoiando-se “em última instância na ressonância e, certamente, no assentimento, de um público de leigos igualmente composto” (idem: 444). Racionalidade argumentativa, abertura temática, igualdade de acesso e paridade entre os participantes são, nesta perspectiva, os requisitos para uma comunicação pública na qual assenta uma opinião pública cuja legitimidade decorre do próprio processo pela qual é alcançada.

Entendido como “uma rede para a comunicação de conteúdos e tomadas de postura, quer dizer, de opiniões” (idem: 440), ao espaço da opinião pública são atribuídas funções de sinalização e de tematização dos problemas que dizem respeito ao conjunto dos cidadãos que vivem em comum – numa cidade, numa região, num país, à escala global – para que estes sejam resolvidos pelo campo político, competindo-lhe ainda o controlo posterior da forma como este trata essas questões.

Se “tal como o mundo da vida na sua totalidade, também o espaço da opinião pública se reproduz através da acção comunicativa, para a qual basta dominar uma linguagem natural” (idem, *ibid.*), também cada cidadão é, em simultâneo, fonte e receptor de opiniões no espaço público, o que se processa através da linguagem: com ela e através dela cada cidadão acede a representações do mundo, constrói interpretações acerca do significado a dar às experiências da vida, dialoga na busca de uma melhor compreensão do quotidiano e da melhor decisão perante as escolhas que se lhe apresentam. Neste sentido, é da sociedade civil que emerge esse público geral de cidadãos “que busca interpretações públicas para os seus interesses sociais e para as suas experiências, exercendo assim influência sobre a formação institucionalizada da opinião e da vontade políticas” (idem: 447).

Contudo, num espaço público dominado pelos meios de comunicação de massa, pelas agências publicitárias, pelas instituições que promovem sondagens de opiniões e por partidos políticos e grupos organizados, o acesso da sociedade civil ao espaço mediático é, reconhecidamente, restrito, o que se traduz, conseqüentemente, na sua reduzida capacidade de influenciar as agendas mediáticas e, assim, de tornar públicos (logo, políticos) os seus interesses, contribuindo para a sinalização dos assuntos prioritários para resolução pelo campo político e para o subseqüente debate público de opiniões acerca das medidas a tomar.

É na luta por um bem escasso, o espaço mediático, ou, no caso da imprensa, pelo acesso à palavra pública, que se desenham os principais contornos da crise que afecta o espaço público, caracterizada por uma desigualdade de recursos entre os que detêm poder, na esfera político-económica ou uma credibilidade já firmada em espaços públicos mais restritos, e a generalidade dos cidadãos, remetidos a uma condição de espectadores/consumidores (pese embora o papel activo que, enquanto tal, lhes é reconhecido), com hipóteses reduzidas de influenciar o debate público, o que resulta num “universo de comunicação cada vez menos livre e autónomo” (Esteves, 2005: 14).

Da sua função de mediadora desta luta política, na qual os actores sociais disputam a capacidade de, e a generosidade dos cidadãos, remetidos a uma condição de influenciar a formação da opinião pública, resulta a influência (e o poder) da imprensa, cujo discurso,

nomeadamente o editorial, “se converte em modalidade pragmática, num fazer específico gerador de reflexos de sentido” (Rodrigues, 1990: 158). Discurso que se constrói com mecanismos de inclusão, mas também de exclusão (Foucault, 1997: 10-11), dando voz, mas também silenciando a diversidade de experiências, de interesses e de expectativas que caracterizam a complexidade da vida humana. Identificam-se, assim, duas orientações distintas, nos discursos mediáticos: “A das práticas manipulativas dos media (os discursos orientados para um fechamento de sentido); e a da regular produção de poder legítimo através da linguagem (num sentido comunicacional de abertura dos media ao mundo, à vida e à experiência humana)” (Esteves, 2005: 38).

Metodologia

O *corpus* analisado foi publicado entre 1 e 20 de Março de 2003, data em que se iniciou a 2ª Guerra do Golfo, e é constituído pelos nove editoriais que abordaram, directa ou indirectamente, a crise iraquiana. Seguimos uma análise retórico-pragmática, tendo em conta as dimensões ilocutória e perlocutória dos actos de fala (Austin, 1962: 108), situando o discurso editorial na sua relação com as audiências (leitores, elites políticas), já que as opiniões expressas em editoriais “são habitualmente formuladas para servirem como base avaliativa para um acto de fala como o de aconselhar, recomendar ou avisar, que define o âmbito pragmático ou a conclusão de um artigo de opinião” (van Dijk, 2005: 220).

Identificámos os esquemas de ligação, os argumentos quase-lógicos (incompatibilidade, definição, regra de justiça, reciprocidade, transitividade, relação de inclusão, divisão, adição, comparação, relação de frequência), argumentos baseados na estrutura do real (causalidade, pragmático, probabilidade, retrospectiva, coexistência entre a pessoa e os seus actos, coexistência entre a essência e as suas manifestações) e argumentos que fundam a estrutura do real (exemplo, ilustração, modelo, analogia, metáfora), indicados por Perelman e Olbrechts-Tyteca (2002: 217). Identificámos igualmente os esquemas de dissociação (ruptura de ligação e dissociação de noções) que estruturaram o discurso editorial (idem: 468-469), permitindo-nos identificar as linhas argumentativas que configuraram um padrão de enquadramento (*framing*) do conflito, presente em vários editoriais.

É à luz deste quadro interpretativo (*frame*), que confere sentido às situações, “construídas de acordo com os princípios de organização que governam os eventos – pelo menos os sociais – e o nosso envolvimento subjectivo nele” (Goffman, 1986: 10-11), que problematizamos o significado deste discurso na gestão da comunicação do espaço público e, concretamente, dos processos de dissensão de opinião.

A Retórica dos Editoriais

A opção pelos editoriais assinados é característica do jornal desde a sua fundação, consagrada no seu Livro de Estilo, que apresenta este género jornalístico como um “texto breve de opinião, claro e incisivo, assinado por um elemento da Direcção Editorial e que exprime as posições do jornal perante os factos da actualidade”. Contudo, se a opinião expressa no editorial vincula de certa forma a posição do jornal, ao não ser anónima vincula sobretudo a posição do membro da direcção que a assina (Ponte, 2002: 72).

Dos nove editoriais escritos entre 1 e 20 de Março de 2003 (um número que evidencia por si a relevância do tema atribuída pela direcção do jornal), oito são da autoria do director do *Público*, José Manuel Fernandes, e um é da autoria do director-adjunto, Nuno Pacheco.

Editorial 1: *Armas para tiranos?*

1 de Março; assinado por José Manuel Fernandes

Aborda a venda de armas de Portugal ao Iraque, durante o embargo das Nações Unidas, seguindo três linhas argumentativas: 1) desvalorizar a quebra do embargo e subalterniza o papel da ONU; 2) definir o regime iraquiano como “tirânico” e defende o seu desarmamento pelos “meios que forem necessários”; e 3) acusar o Primeiro-ministro de incoerência (Portugal não olha à natureza dos regimes aos quais vende armas, segue os embargos da ONU), em defesa da posição oficial do Governo, de apoio à intervenção militar no Iraque.

1) Argumenta com o *topos* da ordem (“*o facto em si não é novo*”) e com uma ruptura de ligação (“*independentemente dos embargos das Nações Unidas*”)

2) Recorre a ilustrações (*Líbia, Chile*) para reforçar que o que está em causa é a venda de armas “*a regimes ditatoriais ou, pelo menos, duvidosos*”; define o líder iraquiano como um “*ditador e um ditador perigoso*” e estabelece uma relação causal com o desarmamento do

Iraque “*pelos meios que forem necessários, desarmamento esse determinado por Saddam ser um ditador...*”.

3) Usa o argumento da coexistência entre a essência e as suas manifestações, aplicado a contrario, ao Primeiro-ministro (não coexistência entre a essência do que defende e as manifestações que deveriam resultar dessa essência).

“*se Durão Barroso acredita que há fortes razões éticas e morais – para além das razões de segurança – para utilizar os meios que forem necessários para conter Saddam Hussein...*” reforça-o, através de um argumento *ad hominem* que sublinha a sua incoerência “*com esta formulação, o primeiro-ministro prestou um péssimo serviço à causa que ele próprio defende, a do desarmamento do Iraque...*” e coloca-se numa posição de autoridade, proferindo uma verdade apodíctica “*é certo que Portugal não é juiz universal de quem é ou não um ditador, mas há casos incontroversos...*”.

Editorial 2: O PS escreve pelas linhas de Ana Gomes?

6 de Março; assinado por José Manuel Fernandes

Apresenta declarações da porta-voz do PS para as questões internacionais, com base em duas linhas argumentativas: 1) incompatibilidade entre o comportamento de Ana Gomes e o que deve ser o do PS (partido com aspiração a ser Governo), desvalorizando a sua oposição à intervenção militar no Iraque; e 2) defesa do apoio governamental à guerra, desqualificando as críticas da porta-voz do PS às posições do Governo.

1) Constrói a “personagem” Ana Gomes com metáforas (“*fulminante irrupção no palco político*”, “*principal rosto dos socialistas*”, “*estrela ascendente do PS*”), forte adjectivação (“*discurso mais radical*”, “*figura popular*”, “*fogosidade*”, “*tom estridente*”) e argumenta pela incompatibilidade, opondo a personagem Ana Gomes ao PS, com a aplicação a *contrario* do argumento de coexistência entre o elemento e o grupo a que este integra.

2) Recorre a dois ataques *ad personam*. O primeiro ataque, sobre o destino do líder iraquiano, associa o topos da essência e o argumento da reciprocidade: “*Contemporizando com o jogo do gato e rato a que se entrega há anos a fio (...) ou utilizando os meios necessários para que ele deixe de ser um «ditador abjecto» e, como Milosevic, possa ser julgado por crimes contra a Humanidade? A palavra central aqui é o «como», e sobre o «como», Ana Gomes nada disse – porque nada tem a dizer, ou a propor*”. O segundo, ao classificar como “*insinuações*” a associação entre o apoio do Governo português à guerra e a compra de aviões a uma empresa americana, na defesa da posição governamental, negando qualquer “*coincidência temporal*” entre ambos.

Editorial 3: O que está em causa

8 de Março; assinado por José Manuel Fernandes

Analisa uma reunião do Conselho de Segurança (CS) da ONU sobre a crise iraquiana, à luz de três linhas argumentativas: 1) caracterização (definição) de Saddam Hussein como “ditador”, com um comportamento “padrão”, ao desrespeitar sistematicamente as resoluções da ONU, e imputação de responsabilidade pela guerra, por só cumprir o que lhe é imposto pela força; 2) desvalorização das posições da França, Alemanha e Rússia, que apostam em mais esforços diplomáticos; e 3) apresentação da guerra como “mal menor” e defesa das posições dos países que a propõem: Estados Unidos e Reino Unido.

1) Caracteriza o padrão (definição descritiva, assente no argumento da adição): “*Saddam procura dividir a comunidade internacional*”, mantém um “*controlo absoluto e ditatorial sobre o Iraque*”, um “*exército capaz de ameaçar os seus vizinhos*”, “*joga ao gato e ao rato com a comunidade internacional*”, “*nada do que Bagdad diz é confiável, nada do que promete é de esperar que cumpra, já que Bagdad só fez, faz e fará aquilo que lhe foi, é, ou será imposto*”.

2) Desvaloriza as posições dos países anti-guerra, ao argumentar com o demérito das suas propostas, associado ao topos da essência, e com o argumento da coexistência entre a pessoa e os seus actos, a contrario: “*O que a França, Alemanha e a Rússia propõem – continuar a pressionar (...), falha num ponto crucial: dizer até quando se vai esperar*”, “*sendo que quem pressiona são os 250 mil soldados deslocados para a região pelos Estados Unidos e pelo Reino Unido*”.

3) Defende o mérito das propostas dos países pró-guerra: “*O que o Reino Unido ontem propôs – colocar um limite temporal (...) tem a virtude de acabar com actual espera interminável em que todos perdem*” e apresentação da intervenção militar como “*um mal menor*”, decorrente de um “*dilema*”, que resolve com o argumento da reciprocidade e com o topos do preferível: “*O dever do Conselho de Segurança é garantir a segurança internacional*”.

Para isso, já teve de autorizar a utilização da força por mais de uma vez (na Coreia, no Golfo, no Afeganistão). Foi quando a guerra, mesmo sendo um mal, se revelou o mal menor, capaz de evitar males maiores, isto é, guerras piores. É de novo uma escolha deste tipo que está sobre a mesa”.

Editorial 4: As últimas cartas

10 de Março; assinado por Nuno Pacheco

Antecipa a reunião do CS da ONU que debaterá a intervenção militar no Iraque, com base em três linhas argumentativas: 1) inevitabilidade da guerra; 2) crítica a ambas as partes envolvidas; e 3) desqualificação, em particular, da posição do presidente norte-americano.

1) Recorre a metáforas: *“jogam-se as últimas cartas”, “as espingardas...já não precisam de ser contadas”*. A metáfora *“guerreira”* (*“espingardas contadas”*) revela um duplo efeito retórico, quer por ser reconhecida como uma fórmula clichê do discurso político-jornalístico, quer, no contexto, pela sua *“proximidade”* com a guerra iminente.

2) Socorre-se de metáforas e/ou expressões metafóricas (o *“arrombar da porta do saloon de pistola em punho”*), da adjectivação que (des)qualifica as partes (*“milhões de criaturas”* que há que *“desfanatizar”* e aqueles que *“de forma messiânica”* defendem o *“uso de canhões e bombardeiros eficientes”*) e do topos do preferível, associado à analogia com um filme: *“Uma firme astúcia pode ser preferível... Porque isto não é um filme. É a dura e incómoda realidade”*.

3) Recorre ao argumento da coexistência entre a pessoa e os seus actos, configurando um ataque ad personam: *“Certo é que George W. Bush vai chegar à guerra como chegou à Casa Branca: pelo cansaço dos adversários. Vencidos, mas não convencidos de que a tão defendida guerra preventiva seja, em si, a melhor solução para o problema iraquiano”*.

Editorial 5: Sob pressão

12 de Março; assinado por José Manuel Fernandes

Comenta o editorial do jornal *New York Times* (NYT), contra a guerra ao Iraque sem resolução da ONU, seguindo três linhas argumentativas: 1) crítica à oposição parlamentar portuguesa e desvalorização a sua oposição ao apoio do Governo à guerra; 2) defesa do Governo português, na cedência da base das Lajes às tropas norte-americanas; e 3) defesa da guerra com a necessidade de desarmar Saddam Hussein para evitar a desautorização da ONU.

1) Classifica o editorial do NYT como modelo de *“argumentação serena”* e caracteriza a contrario as críticas da oposição ao Governo: *“Mas mesmo a imprensa tablóide que critica a guerra, ou a apoia, tem evitado recorrer a termos que, em Portugal, se tornaram banais entre alguns políticos. Especialmente aqueles que estão contra o apoio de Durão Barroso às posições americanas, inglesas e espanholas”*.

2) Cita e interpreta declarações do Primeiro-ministro, no âmbito das suas obrigações como *“aliado dos EUA”*, quanto à cedência da base das Lajes. Compara as posições da França e da Alemanha (países anti-guerra, mas que não recusam apoio logístico aos EUA); apresenta o Presidente da República como modelo: *“Jorge Sampaio, que se manteve sereno, está por certo consciente da diferença entre apoiar a decisão de atacar – já disse que não apoia – e, uma vez declarada a guerra, recusar apoio aos aliados – algo que nunca sugeriu”*; critica o PS – que desqualifica, com uma expressão negligente (*“sobretudo o PS pós-almoço com Mário Soares”*), – por este ter *“vindo a dar sinais contraditórios”*.

3) Associa o *“estilhaçar da autoridade das Nações Unidas”* e o desarmamento do líder iraquiano, com o argumento de transitividade, cujo último termo fica implícito *“Isso sucederá se Saddam não cooperar e não for desarmado. E cooperar é coisa que ele continua a não fazer”*.

Editorial 6: No Coração do Atlântico

15 de Março; assinado por José Manuel Fernandes

Analisa a Cimeira das Lajes, na qual o presidente dos EUA e os primeiros-ministros de Portugal, Inglaterra e Espanha, iriam debater a crise iraquiana, à luz de quatro linhas argumentativas: 1) apresentação da Cimeira como um último esforço para obter a maioria no CS da ONU que aprove uma segunda resolução que legitime a guerra; 2) defesa das posições dos países pró-guerra, nomeadamente a do Governo português; 3) desqualificação das posições dos países anti-guerra, nomeadamente a da França, pelo seu anunciado veto, apresentando-a como *“intransigente”* e 4) imputação ao líder iraquiano a responsabilidade pela guerra, por não se afastar voluntariamente do poder.

1) Recorre ao argumento de adição, para definir a identidade da Cimeira (argumento da identidade descritiva): “*Da cimeira não sairão soluções definitivas*”, “*três membros do Conselho de Segurança (...) vão reunir-se para debater uma atitude comum para a decisiva reunião*”, “*Portugal tentará esgotar todas as soluções no quadro da ONU*”, “*o Reino Unido e os Estados Unidos tudo têm feito para (...) que «Saddam compreenda a mensagem e abandone o Iraque»*”.

2) A segunda linha cruza-se com a primeira, através de ilustrações: “*o Reino Unido fê-lo, acrescentando (...) acabando com o actual jogo do gato e do rato*”, “*ontem, foi a vez de George W. Bush...*”, para reforçar que “*são sinais que reforçam a ideia de que da cimeira não sairá qualquer declaração de guerra*”. Citações do Primeiro-ministro português, como argumento da autoridade (“*recordou Durão Barroso*”; “*segundo o próprio Durão Barroso*”, “*como disse Barroso*”) dão forma à identidade da Cimeira (dos seus objectivos) e sustentam as posições dos participantes

3) Recorre a uma argumentação ad personam, assente no argumento da probabilidade e no epíteto: “*É duvidoso, no entanto, que isso suceda, uma vez que a França está intransigente e dispõe de direito de veto. Poderá, todavia, ajudar a obter a chamada «maioria moral» de nove votos que deixe a França em minoria e leve a Rússia e a China a absterem-se. Se tal fosse conseguido, talvez fossem criadas condições para que Saddam compreendesse que não tem saída e se rendesse*”

4) A quarta linha cruza-se com a terceira, através de argumentos causais: “*Caso contrário, a guerra ficará, paradoxalmente, mais próxima, porque Saddam julga que pode sobreviver jogando com as divisões na comunidade internacional*”, “*... algo [paz] que nunca estará garantido enquanto Saddam se mantiver no poder*”.

Editorial 7: As Últimas 24 horas

17 de Março; assinado por José Manuel Fernandes

Comenta a decisão da Cimeira das Lajes de dar mais 24 horas à diplomacia para desarmar o Iraque, seguindo três linhas argumentativas: 1) sustentar as posições dos Estados Unidos e do Reino Unido sobre a imposição de um ultimato ao regime iraquiano, com base em anterior resolução do CS da ONU; 2) defender a aprovação da resolução-ultimato pelo CS da ONU, através da desqualificação dos países que se lhe opõem e 3) legitimar a guerra, com base na resolução 1441 da ONU e personificar o regime iraquiano no seu líder, cujo afastamento é inevitável.

1) Recorre à definição normativa (a resolução 1441 previa uma segunda resolução-ultimato) e ao argumento causal: “*Ou os membros do Conselho de Segurança conseguem chegar a acordo (...) ou os Estados Unidos e Reino Unido considerarão que a Resolução 1441 os autoriza a fazer cair sobre o Iraque as «sérias consequências» que esta explicitamente prevê*”.

2) Usa a contrario o argumento da coexistência entre a pessoa e os seus actos para desqualificar a posição da França, associado à adjectivação: “*Por outras palavras, declarou que não aceitava as regras do jogo que ela própria tinha estabelecido, ou ajudado a estabelecer*”, “*A arquitectura deste processo diplomático foi engendrada pela França*”, “*aparentemente tinha-o feito de boa-fé...*”, “*aparentemente*”.

3) Socorre-se de argumentos causais, associados ao argumento da probabilidade (“*O que só será possível se a França, mas também a Rússia e a China, mudarem de posição*”; “*Se, pelo contrário, o Conselho de Segurança chegar a uma plataforma mínima, então não haverá mais mensagens contraditórias a chegar a Bagdad e o ditador perceberá que o seu tempo chegou mesmo ao fim. E que já não poderá jogar mais com as divisões no seio do Conselho de Segurança*”), e de definições descritivas: “*Pelo seu pé ou obrigado, Saddam Hussein chegou ao fim do seu caminho*”, “*depois de mais quatro meses e meio de forte pressão internacional e de cerco militar em que continuou a tentar «fintar» os inspectores e a comunidade internacional, ninguém mais confia na sua palavra: desarmar o Iraque é hoje sinónimo de afastar Saddam Hussein*”.

Editorial 8: Solidão e convicção

19 de Março; assinado por José Manuel Fernandes

Aborda a decisão de iniciar a guerra tomada pelos líderes dos Estados Unidos e Reino Unido e comenta as posições portuguesa e espanhola, com base em três linhas argumentativas: 1) defender a decisão dos líderes das potências atacantes (e dos seus apoiantes, como o Primeiro-ministro português), classificados como “modelos” de dirigentes políticos em democracia; 2) desqualificação dos opositores, em particular a oposição

portuguesa e 3) legitimação da guerra, subscrevendo os argumentos dos líderes que a decidiram (eventual associação a redes terroristas, capacidade de fabrico de armas de destruição em massa, invocação de risco comum, invocação de democratização e progresso como resultados do pós-guerra).

1) Apresenta os líderes norte-americano, britânico e português como modelos, associando-lhes valores “positivos”: “*põem as suas carreiras em risco*”, “*fazem o contrário do que lhes dizem as sondagens*”, “*correm enormes riscos políticos*”, “*agem olhando ao que julgam (bem ou mal) ser o interesse nacional*” e “*decidem em função das suas convicções*”. Coloca-se numa posição de autoridade, invocando verdades apodícticas, às quais associa um “nós” inclusivo, visando a comunhão com o auditório, num apelo directo ao seu envolvimento, numa estratégia retórica assente na comoção: “*Temos pois o dever de fugir do insulto comiciei. Temos o dever de admitir que líderes (...) que não podem ser acusados de terem interesses petrolíferos ou ambições de herdarem um dos palácios de Saddam (...)*”; “*Neste momento, só podemos desejar que tenham sucesso, e um sucesso rápido*”.

2) Desqualifica quem assume posições contrárias (“*os cínicos acharão que é teatro*”; “*não lhes ocorre que lhes seria mais fácil ficar de fora, declarar-se neutro*”), associando-lhes valores “negativos”, ao invocar expressões como “*caniches*”, “*criados*” ou “*estalajadeiros*” (usadas por parte da oposição parlamentar portuguesa nas críticas ao Governo).

3) Associa a guerra ao Iraque aos atentados terroristas do 11 de Setembro de 2001, através de alusões quase sucessivas ao acontecimento e subscreve os argumentos invocados pelos líderes dos países atacantes: “*Neste caso, Bush, Blair, Aznar e Barroso, com níveis de responsabilidade muito diferentes, partilham a convicção de, no mundo pós-11 Setembro, o maior risco é o colocado pela eventual associação entre redes terroristas e Estados-párias mas com capacidade de fabricarem armas de destruição maciça*”; “*O 11 de Setembro mostrou do que são capazes os fanáticos*”; “*O risco, o grande risco que todos corremos, é essas redes conseguirem um tipo de armas cuja capacidade de matar é muito superior à de dois aviões atirados contra duas torres*”. Recorre ao argumento da coexistência entre a essência (do “mal”) e as suas manifestações (“*fanatismo fundamentalista*”), “ocidentalizando” sonhos e aspirações de uma profusão de povos, culturas e etnias, apresentados como se de um só se tratasse, recorrendo a um “nós” inclusivo, visando a comunhão com o auditório: “*A única forma de evitarmos esse risco é não só desarmar os Estados-párias, mas extirpar a raiz do mal: o fanatismo fundamentalista que tem como epicentro o Médio Oriente. A única forma de o fazer é cumprindo o sonho da maioria da «rua» árabe: viver em democracia, desfrutar do progresso que invejam ao Ocidente*”.

Editorial 9: Sampaio sereno

20 de Março, assinado pelo director, José Manuel Fernandes

Avalia a comunicação do Presidente da República (PR) ao país, na data em que se inicia a 2ª Guerra do Golfo, à luz de duas linhas argumentativas: 1) apresentar o PR como modelo de serenidade, isolando as críticas da oposição parlamentar ao apoio do Governo à guerra; e 2) desvalorizar o facto de o PR ter uma posição diferente da do Governo em relação ao conflito, da qual resultou, pela natureza dos poderes constitucionais do PR, que não houvesse militares portugueses na guerra.

1) Apresenta a comunicação do PR como um “*modelo de serenidade e sentido de Estado*” e desqualifica o debate parlamentar da antevéspera, numa crítica à oposição.

2) Recorre ao argumento de inclusão, associado ao *topos* da ordem, incluindo as declarações do PR e as do Primeiro-ministro num mesmo todo, para as “equiparar”, desvalorizando a importância da comunicação do PR: “*Sampaio reafirmou o que já se sabia, quer o que pensava sobre a actual crise, quer o que Durão Barroso tinha na véspera, no Parlamento, reafirmado ser a posição do Estado português*”. Segue-se o argumento da coexistência entre a essência e as suas manifestações, associado ao *topos* da ordem e ao argumento da inclusão, que lhe permite desvalorizar a questão mais importante da comunicação do PR, decorrente dos seus poderes constitucionais: a não participação de militares portugueses numa guerra não autorizada pela ONU: “*Falou como comandante supremo das Forças Armadas e, como tal, repetiu o que se sabia: que nenhum soldado português participará na guerra, tal como tinha garantido o primeiro-ministro*”. Com o argumento da causalidade sustenta que as divergências estão sanadas: “*Confirma-se que, ao longo destes dias, o contacto entre primeiro-ministro e Presidente terá permitido que ambos acabassem por dizer o mesmo, embora utilizando palavras diferentes e sabendo-se que têm opções de fundo distintas*”.

Conclusão

O entendimento do que constitui o editorial, expresso no Livro de Estilo do jornal, explica que tenhamos identificado dois discursos editoriais divergentes acerca da crise iraquiana: o do director adjunto assume uma posição crítica perante as diversas partes do conflito, nomeadamente o presidente norte-americano, e manifesta reservas quanto ao desfecho da guerra; e o do director, que assina a generalidade dos textos publicados nesse período de tempo, e nos quais nos centraremos, tendo em conta a natureza das suas funções³¹⁰.

O enquadramento dado pelo director do *Público* à crise iraquiana privilegiou a defesa da intervenção militar no Iraque, a legitimação das posições das elites políticas governantes que decidiram a guerra, em termos internacionais, e da posição do Governo português, em termos nacionais. O enquadramento (*framing*) do conflito assentou em três aspectos-chave: a personificação do Iraque no líder do regime, associada à “tiranização” de Saddam Hussein; a defesa da posição dos países pró-intervenção militar (Estados Unidos e Reino Unido) bem como daqueles que os apoiam (em concreto, Portugal) e a desqualificação das posições críticas dos países anti-intervenção militar (nomeadamente a França) e da oposição parlamentar portuguesa (em particular, do PS).

Os argumentos invocados pelos líderes dos países atacantes – eventual associação do regime iraquiano a redes terroristas, capacidade de fabrico de armas de destruição em massa, invocação de risco comum, expectativas de democratização e de progresso como resultados do pós-guerra – são os mesmos que o director do *Público* utiliza no dia em que se inicia a invasão do Iraque, expressando-se em tom de verdade apodíctica, num alinhamento explícito com as suas posições, visando convencer os leitores da necessidade e da legitimidade da guerra, quase como se não houvesse outra posição eticamente aceitável.

O “outro” lado – um país, uma história, um povo no qual se cruzam etnias e culturas – é personificado no seu líder ou apresentado como um só, um povo oprimido que urge libertar, “ocidentalizado” nos seus sonhos e aspirações, num retrato pintado a traços largos, com uma paleta de valores comuns aos leitores (democracia, liberdade, segurança), da qual está excluída a diversidade de matizes que constroem a complexidade das relações multiculturais, económicas, políticas e sociais. “A reflexão, o debate, a argumentação racional, o princípio moral que se baseia numa noção secular segundo a qual os seres humanos devem criar a sua própria história, tudo isto foi substituído por ideias abstractas que celebram a excepcionalidade americana ou ocidental, denigrem a relevância do contexto, e olham para as outras culturas com um desprezo escarnecedor” (Said, 2004: xxii).

Ancorado na actualidade noticiosa, nacional e internacional, o autor vai desenvolvendo as três linhas argumentativas, editorial após editorial, seleccionando acontecimentos-chave do processo de decisão da guerra (Cimeira das Lajes, Conselhos de Segurança da ONU) e enquadrando-os na óptica dos governantes que a promoveram, defendendo os argumentos por estes invocados perante as opiniões públicas, visando actuar sobre a *diathesis* dos leitores em relação ao conflito, numa estratégia argumentativa que visa orientar o debate público no sentido da sua legitimação.

Identificam-se, ainda, outros destinatários do discurso editorial, nomeadamente quando no primeiro editorial o director do jornal critica o Primeiro-ministro, indicando-lhe um rumo alternativo; quando imputa à porta-voz do PS e a este partido declarações incompatíveis com o seu estatuto de partido com vocação governativa ou quando avalia a comunicação do PR ao país, desvalorizando divergências com o Governo, em editoriais dirigidos não só aos leitores, mas também, e sobretudo, aos actores políticos cuja actuação pretende influenciar.

O discurso editorial apresenta, neste aspecto, características clássicas como palco de exercício de autoridade institucional, através do qual o jornal se assume como actor político, expressando valores e normas, apresentando soluções e definindo padrões de enquadramento que enformam a actualidade que interpretam. Seleccionando, dissociando, ligando, avaliando, recomendando, propondo, defendendo, desvalorizando, o discurso editorial confere sentido aos acontecimentos que comenta, que ganham, porque lhes foi dado um significado, uma outra existência.

Perante as dissonâncias de opinião que atravessavam o espaço público, identificáveis através da leitura da cobertura noticiosa que, durante o mesmo período de tempo, o *Público* fez do tema e patentes nas manifestações anti-guerra que levaram à rua milhões de pessoas um pouco por todo o mundo ou nas diferentes posições assumidas pelo Governo português e pelo PR perante uma guerra decidida à margem da ONU, este enquadramento traduz uma gestão dessas dissensões direccionada para a eficácia da acção política. Gestão que se concretiza

pela legitimação da decisão tomada nas esferas governativas e pela desvalorização e/ou exclusão de opiniões críticas, oriundas de facções político-partidárias ou dos cidadãos que, em conjunto, constituem os múltiplos públicos que dão forma à sociedade civil.

Concluimos que o espaço dos editoriais do *Público* enquanto mecanismo produtor de opinião operou um fechamento da discussão pública, orientando-a para a legitimação da decisão do poder executivo (governos), através de uma argumentação destinada ao convencimento do público de leitores, posicionado como espectador do debate, mas ao qual se pede o assentimento. Entre o assentimento pedido e o consentimento dado, vai um mundo de distância – o mundo da vida – no qual se jogam as negociações de sentido com que os indivíduos, com base nos seus próprios quadros de sentido, interpretam um discurso que é um potencial instrumento de hegemonia ideológica (Gramsci, 1974: 393), mas que se entrecruza com outros discursos, no plano simbólico como no das interações quotidianas, deixando em aberto a sua eficácia persuasiva.

Do ponto de vista da comunicação pública, o espaço editorial do *Público* traduz uma restrição das subjectividades expressas, na procura da intercompreensão que permita um viver colectivo em que os interesses, as expectativas e os valores dissonantes possam ser harmonizados, não impostos. Privilegiando a eficácia da acção política à legitimidade de uma opinião construída em comum, num uso instrumental da racionalidade argumentativa, é obnubilada a sua dimensão ética-normativa, na qual reside o potencial emancipatório dos cidadãos no exercício de uma cidadania activa, para uma mais efectiva participação na construção do destino colectivo.

Bibliografia

- Armañanzas, E. e Noci, J. D. (1996), *Periodismo e Argumentación. Géneros de Opinión*, Bilbao: Universidad del País Vasco.
- Austin, J. L. (1962), *How to do Things with Words*, London: Oxford University Press.
- Esteves, J. P. (2005), *O Espaço Público e os Média: Sobre a Comunicação entre Normatividade e Facticidade*, Lisboa: Edições Colibri.
- Foucault, M. (1997), *A Ordem do Discurso*, Lisboa: Relógio D'Água Editores.
- Fowler, R. (1991), *Language in the news. Discourse and Ideology in the Press*, London: Routledge.
- Fraser, N. (1996), *Rethinking the Public Sphere: A Contribution to the Critique of Actually Existing Democracy*. In *Habermas and the Public Sphere*, Calhoun, C. (ed.), Cambridge, Ma: The MIT Press.
- Goffman, E. (1986), *Frame Analysis: an Essay on the Organization of Experience*, Boston: Northeastern University Press.
- Gramsci, A. (1974), *Obras escolhidas*, Lisboa: Editorial Estampa.
- Habermas, J. (1998), *Facticidad y Validez*, Madrid: Ed. Trotta.
- Habermas, J. (2002), *Historia y crítica de la opinión pública. La transformación estructural de la vida pública*, Barcelona: G. Gili.
- McCombs, M. (2005), "A Look at Agenda-Setting: Past, Present and Future", *Journalism Studies*, Vol. 5, Nº3: 325-338.
- McQuail, D. (2003), *Teoria da Comunicação de Massas*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Perelman, C. e Olbrechts-Tyteca, L. (2002), *Tratado da Argumentação*, São Paulo: Edições Martins Fontes.
- Ponte, C. (2002), Kosovo: A Voz Editorial em El País e Público. In *Média, Jornalismo e Democracia (edt.)*. *Comunicações Apresentadas ao Seminário Internacional*, Lisboa: Livros Horizonte.
- Rodrigues, A. D. (1990), *Estratégias de Comunicação: Questão Comunicacional e Formas de Sociabilidade*, Lisboa: Editorial Presença.
- Said, E. W. (2004), *Orientalismo*, Lisboa: Edições Cotovia.
- Van Dijk, T. A. (1989), "Race, riots and the press. An analysis of editorials in the British press about the 1985 disorders", *Gazette*, 43: 229-253.
- Van Dijk, T. A. (2005), *Discurso, Notícia e Ideologia. Estudos na Análise Crítica do Discurso*, Porto: Campo das Letras.
- Wolf, M. (2001), *Teorias da Comunicação*, Lisboa: Editorial Presença.
- Wolton, D. (1995), "As Contradições do Espaço Público Mediatizado", *Revista de Comunicação e Linguagens*, 21-22:167-188.

Sites

- Livro de Estilo do Público*: http://www.publico.clix.pt/nos/livro_estilo/16e-palavras.html
- Site da Entidade Reguladora para a Comunicação Social (Lei de Imprensa) <http://www.erc.pt/index.php?op=conteudo&lang=pt&id=82>

¹ Na acepção de “nova retórica”, tal como definida pelos autores do “Tratado da Argumentação”, ou seja, os recursos discursivos usados para se obter a adesão dos espíritos, tendo em conta que é em função de um auditório que qualquer argumentação se desenvolve (Perelman & Olbrechts-Tyteca, 2002: 5-8).

© Media & Jornalismo, 13, 2008, pp 95-108

² Não problematizamos, neste artigo, o conceito de acontecimento mediático. Teremos apenas em conta que “os acontecimentos reais são sujeitos a um processo convencional de selecção: não são intrinsecamente noticiáveis, apenas se tornam “notícia” quando são seleccionados com vista à sua inclusão em relatos noticiosos” (Fowler, 1991: 11).

³ “(...) o público burguês nunca foi o público. Pelo contrário, verdadeiramente contemporâneos com o público burguês, surgiram uma multidão de contra-públicos em competição, incluindo públicos nacionalistas, públicos populares de camponeses, públicos de elites de mulheres e públicos da classe trabalhadora” (Fraser, 1996: 116).

⁴ A conexão de agendas – política, mediática e do público – envolve “a formação de opinião, a definição das principais opiniões acerca de figuras públicas através da ênfase em determinados assuntos e a formatação da opinião através da ênfase em atributos particulares” (McCombs, 2005: 549).

económicas⁸

⁵ ou uma credibilidade já firmada em espaços públicos mais restritos⁹

⁶, e a generalidade dos cidadãos, remetidos a uma condição de espectadores/consumidores (pese embora o papel activo que, enquanto tal, lhes é reconhecido¹⁰

⁷), com hipóteses reduzidas de influenciar o debate público, o que resulta num “universo de comunicação cada vez menos livre e autónomo” (Esteves, 2005: 14).

⁸ À semelhança do argumento de coexistência entre a pessoa e os seus actos. “O valor de um indivíduo reflecte sobre o grupo; uma deficiência individual pode, em certos casos, comprometer a reputação do grupo inteiro” (Perelman e Olbrechts-Tyteca, 2002: 366-367)

⁹ O termo técnico é “armas de destruição em massa”. Optámos, contudo, para seguir a mesma grafia usada pelo jornal *Público*, pese embora considerarmos que “armas de destruição massiva” seria mais correcto.

¹⁰ Cf Lei de Imprensa (2/99, de 13 de Janeiro), nomeadamente o disposto no capítulo IV, artº 20 - 1, quanto às competências do director: orientar, superintender e determinar o conteúdo da publicação; elaborar o estatuto editorial; designar os jornalistas com funções de chefia e coordenação; presidir ao conselho de redacção e representar o periódico perante quaisquer autoridades em tudo quanto diga respeito a matérias da sua competência e às funções inerentes ao seu cargo. Disponível em <<http://www.erc.pt/index.php?op=conteudo&lang=pt&id=82>>. Acesso a 12/9/2007.